CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO*

Membro do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro

Tenho sido um usuário freqüente dos transportes coletivos urbanos. O Metrô faz parte do meu dia-a-dia. E só quando a realidade é vivida pode ser corretamente analisada.

A população trabalhadora sente na carne as dificuldades imensas de depender do sistema de coletivos do nosso Estado. A falta de conforto, a ausência de conservação adequada, a má formulação das linhas, os aumentos sucessivos, enfim, a deficiência geral do sistema, fazem do usuário um sofredor permanente.

O que é mais inacreditável é que esse tipo de problema é muito antigo. As soluções nunca vêm completas e os interesses do "público interno" parecem predominar sobre os do verdadeiro público.

Não se diga que é um problema insolúvel. Em outras cidades do Brasil caminhos mais racionais foram encontrados para melhorar a vida do sofrido usuário. Curitiba é um exemplo. Lá, todo o sistema de transportes urbanos é objeto de um planejamento eficaz, com resultados animadores.

O que se tem de levar em conta, primeiramente, é a necessidade de distribuir com inteligência as linhas. Esse objetivo é alcançado se pensarmos a partir da idéia de entroncamentos-chave, evitando a necessidade de mudança de muitos ônibus para o deslocamento de um ponto a outro. Depois, é preciso considerar a existência de faixas seletivas, a exemplo da que foi implantada durante o governo Chagas Freitas na Avenida Brasil.



^{*} Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 27/6/1996.

Estas duas providências permitiriam, desde logo, uma melhor circulação diária, tendo presente que a prioridade não é do automóvel, transporte individual, mas do ônibus, transporte coletivo.

Além disso, parece ser unânime a opinião de que a fiscalização deve ser redobrada e rigorosa. As multas para as empresas que descumprirem as regras mínimas de conservação dos veículos devem ser elevadas. E, considerando que elas operam em regime de concessão de serviço público essencial, a reincidência deveria ser punida com a cassação das concessões.

Transporte coletivo é prioridade de governo. Deve ser tratado com essa dimensão social porque diz respeito ao bem-estar da nossa população. Transporte melhor para uma vida melhor.

